



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA**

**INSTITUTO DE HUMANIDADES - IH
CURSO DE PEDAGOGIA**

KAROLINY MONTEIRO VIANA LIMA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS SEXISTAS: O COMPORTAMENTO
DOCENTE EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO-CE**

REDENÇÃO-CE
2021

KAROLINY MONTEIRO VIANA LIMA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS SEXISTAS: O COMPORTAMENTO
DOCENTE EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO-CE**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, como pré-requisito para obtenção de título de graduação em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Carolina Maria Costa Bernardo

Redenção-ce
2021

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Lima, Karoliny Monteiro Viana.

L696r

Relações de gêneros e práticas sexistas: o comportamento docente em uma escola do município de Capistrano-Ce / Karoliny Monteiro Viana Lima. - Redenção, 2021.

44f: il.

Monografia - Curso de Pedagogia, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Maria Costa Bernardo.

1. Relações de gênero. 2. Sexismo. 3. Práticas de ensino. I. Título

CE/UF/BSP

CDD 370.7

KAROLINY MONTEIRO VIANA LIMA

**RELAÇÕES DE GÊNERO E PRÁTICAS SEXISTAS: O COMPORTAMENTO
DOCENTE EM UMA ESCOLA DO MUNICÍPIO DE CAPISTRANO-CE**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto de Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em 14 de abril de 2021

Nota: 10

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carolina Maria Costa Bernardo (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Jacqueline da Silva Costa

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Profa. Dra. Natália Cabanillas

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

RESUMO

Essa pesquisa surgiu a partir da inquietação de se compreender como a educação formal pode ter relação direta na formação social dos indivíduos quando se refere à temática de gênero e investigou o sexismo na escola a partir do seguinte questionamento: Como se manifestam as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar? Com o objetivo de entender as relações de gênero e as práticas sexistas na a escola e como ela pode contribuir para a desmistificação dos estereótipos e preconceitos em relação ao sexo, como é feito o debate da temática e quais os impactos disto na sociedade. O trabalho pesquisou as turmas de ensino fundamental nas séries iniciais em uma escola, localizada no município de Capistrano, Ceará. Como metodologia foi utilizado uma abordagem qualitativa com caráter etnográfico aplicado à educação, por meio de observações e análises de conteúdos. Como resultado conclui-se que a escola apesar dos avanços ainda se constitui como um espaço masculino e masculinizador dentro das suas práticas e consequentemente de seus professores e professoras.

Palavras-chave: Gênero. Sexismo. Escola. Prática docente.

ABSTRACT

This research arose from the concern to understand how formal education can have a direct relationship in the social formation of individuals when referring to the theme of gender and investigated sexism at school based on the following question: How are gender relations manifested? sexist practices in the school environment? In order to understand gender relations and sexist practices at school and how it can contribute to the demystification of stereotypes and prejudices in relation to sex, how the issue is debated and what are the impacts of this on society. The work researched the elementary school classes in the initial grades at a school, located in the municipality of Capistrano, Ceará. As a methodology, a qualitative approach with an ethnographic character applied to education was used, through observations and content analysis. As a result, it is concluded that the school, despite the advances, still constitutes a masculine and masculinizing space within its practices and, consequently, of its teachers.

Keywords: Gender. Sexism. School. Teaching practice.

*"O problema da questão de gênero é que ela prescreve como devemos ser em vez de reconhecer como somos."
Chimamanda Ngozi Adichie*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO:	6
OBJETIVOS DA PESQUISA:.....	15
METODOLOGIA... ..	16
CAPÍTULO I: GÊNERO E SEXISMO: DEBATES SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SER PESSOA A PARTIR DO SEXO.....	19
1.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA E O SURGIMENTO DO CONCEITO DE GENERO... ..	20
1.2 SEXISMO E EDUCAÇÃO... ..	23
1.3 COMO O SEXISMO SE CONSTRÓI E SE MANTÉM NAS ESCOLAS	27
CAPÍTULO II: RESULTADOS DA PESQUISA.....	32
FATO 01.....	32
FATO 02.....	33
FATO 03.....	34
FATO 04.....	35
FATO 05.....	35
FATO 06.....	36
FATO 07.....	37
FATO 08.....	38
FATO 09.....	38
FATO 10.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	42

INTRODUÇÃO

Esta monografia surgiu com a intenção de entender como a construção social dos indivíduos tem relação direta com a construção educacional formal. Propõe como temática central uma investigação sobre a abordagem pedagógica por parte dos/as professores/as em relação ao conteúdo de gênero nas salas de aulas. Com base na compreensão teórica sobre o tema e das observações das práticas educativas, a pesquisa busca contribuir para o debate sobre como o sexismo¹ se manifesta e se mantém nas escolas, através da atuação docente no que diz respeito a sua atuação sobre a temática de gênero, mais especificamente sobre seu comportamento manifesto em relação à discriminação de mulheres no ambiente escolar, seja por meio do repasse de conteúdos em sala de aula (e fora dela), ou por meio das atitudes e práticas.

A pesquisa foi realizada em uma Escola de Ensino Fundamental, especificamente o Ensino Fundamental das séries iniciais, na cidade de Capistrano, localizada no Maciço de Baturité, Ceará. A partir da pergunta de pesquisa: Como se manifestam as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar? a partir da atuação dos professores e das professoras? Pretendeu investigar o comportamento docente frente aos problemas que surgem na escola em decorrência do machismo e do sexismo.

O interesse pela pesquisa surgiu a partir da experiência de dois anos como monitora do programa “Mais Educação” do Governo Federal, criado em 2008, mas que chegou até Capistrano apenas em 2012. O programa era uma estratégia do Ministério da Educação para criar uma agenda de educação em tempo integral, que era oferecido no contraturno das aulas regulares como atividades optativas nos macrocampos: acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Durante o período que estive atuando no Programa fui monitora de Matemática e Teatro, além de participar ativamente da escola em festividades,

¹ Sexismo: atitude, discurso ou comportamento discriminatório baseado no sexo.

reuniões de planejamento, reuniões com pais, projetos, e ainda cheguei a substituir professores/as que faltavam. Assim no dia a dia pude acompanhar não apenas o funcionamento da escola como também as interações sociais que havia na instituição.

Foi na referida escola, como funcionária, que comecei a observar seu dia-dia e percebi situações cujas meninas estavam sendo prejudicadas. Lembro-me de um evento que me marcou bastante quando uma das minhas alunas estava no intervalo brincando e houve uma discussão. Nela, um dos meninos a agrediu com um empurrão. Quando a mesma foi relatar na coordenação foi *culpada* por estar brincando com os meninos e que *aquela brincadeira não era para meninas*. Nenhum dos meninos foi chamado à coordenação para conversar, apenas os responsáveis pela aluna, pois aquela não era a primeira vez que ela se comportava mal (segundo a gestão e professores/as), pois ela já havia se envolvido em situações semelhantes, brincando com os meninos.

Outro evento que me chamou atenção foi o caso de um aluno que gostava de dançar nos intervalos e antes das aulas começarem. Ele sempre era repreendido por essa postura, pois aquilo não era para ele, diziam. Esses eventos como outros que presenciei me levaram a alguns questionamentos, e principalmente, a relembrar minha experiência de aluna no ensino fundamental. Questionamentos sobre: “por que meninas, quando se machucavam em brincadeiras ou atividades físicas (como correr, futebol, pega-pega) são criticadas por se misturarem com meninos?” “Por que meninos não deviam brincar com meninas?” Ou “por que raramente era ensinado sobre os feitos históricos das mulheres?” “por que as posturas das crianças que não se encaixavam em um padrão masculino ou feminino eram repreendidas?”

Após participar da reunião do Plano Municipal de Educação (PME), em junho de 2015, que tinha por objetivo planejar as metas para os próximos dez anos do ensino básico no município de Capistrano, com representação de todos os colégios, professores, alunos, universitários e pais, foi que me deparei com a necessidade de pesquisar sobre a temática de gênero nas escolas, pois, muitas foram às metas e as preocupações expressas ali, como acesso à educação em todas as faixas etárias, educação inclusiva, alfabetização na idade certa, educação em tempo integral, aumento do índice de desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, entre outras, contudo, nenhuma se referia às questões de gênero. Ali observei que a escola já

tem muitas demandas e problemas para resolver e essas questões não pareciam de grande relevância no momento.

Ao estudarmos a questão do gênero no Brasil atual, é importante que entendamos o contexto histórico que trouxe e permanece com desigualdades. Nossa história é marcada por uma sociedade patriarcal, cujo poder é exercido pelo patriarca (homem) da família, ou a outros homens a quem ele tenha delegado este poder, cabendo à mulher um papel subordinado e dependente, restrito apenas ao espaço doméstico e familiar. A organização da nossa sociedade se dá de forma androcêntrica. O androcentrismo considera o Homem como o centro do universo, capaz de governar o mundo e este é o perfil utilizado para “medir” as coisas no mundo. Logo tudo que escape a esse padrão é tido como inferior o que é o caso das mulheres e das pessoas LGBTQIA+². Não é à toa que o Brasil hoje é o país que mais mata pessoas TRANS no mundo, segundo dados da Associação Nacional de travestis e transexuais (ANTRA). Em 2020, 80% eram negras e 97,7% do gênero feminino³.

E no que refere a violência contra a mulher o Brasil caminha como crescente aumento das taxas de feminicídio segundo Atlas da Violência⁴ de 2019 e quinto com maior taxa de feminicídio também em uma escala mundial. Uma pesquisa da Human Rights Watch⁵ também divulgou relatório apontando que o Brasil enfrenta uma onda de violência doméstica, explicitando, assim, que vivemos em uma sociedade extremamente machista e LGBTQIA+fóbica onde agora, mais que nunca, faz-se necessário o debate e a formação sobre as questões relativas ao sexismo nas escolas.

Nesta pesquisa a escola se tornou um *locus* ideal para observar e problematizar as práticas sexistas, pois engloba uma amostra significativa dos

² Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, e mais

³ Dados disponíveis em: [dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violencia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf \(wordpress.com\)](#) acesso em 21/01/2021

⁴ Fonte: IPEA - [190605_atlas_da_violencia_2019.pdf \(ipea.gov.br\)](#) Acesso em 21/01/2021

⁵ Fonte: Human Rights Watch : [Brasil: Justiça negada a vítimas de violência doméstica | Human Rights Watch \(hrw.org\)](#)

diferentes tipos de pessoas (entre sexo, identidade de gênero, raça e classe) que compõem a nossa sociedade. Assim conseguimos observar como os comportamentos são construídos e/ou mantido como uma categoria cultural.

Levar para a escola um debate consciente e crítico sobre as diferenças, demonstrando que sim, elas existem, mas não para legitimar poder ou submissão de uma pessoa para a outra, essas diferenças são construídas de forma social e cultural. Como pontua Avtar Brah em seu texto. Diferença, diversidade, diferenciação, analisando as diferenças como base para a relação social.

“Diferença como relação social” sublinha a articulação historicamente variável de micro e macro regimes de poder, dentro dos quais modos de diferenciação tais como gênero, classe ou racismo são instituídos em termos de formações estruturadas. A categoria “classe trabalhadora”, por exemplo, destaca o posicionamento em estruturas de relações de classe. Mas dizer isso não é apontar simplesmente para a designação de uma situação subordinada dentro de estruturas socioeconômicas e políticas de poder, mas também sublinhar sistemas de significação e representação que constroem a classe como categoria cultural”. (BRAH, 2006, P. 361)

Mesmo que a temática de gênero já tenha sido colocada como tema transversal a ser tratado nas escolas pelos “Parâmetros Nacionais Curriculares” – PCN 2000, a efetivação desta diretriz curricular encontrou dificuldades para ser efetivada nas escolas, e mais recentemente, as tentativas de implementar tais debates passou a ser visto como uma espécie de doutrinação por uma parcela da sociedade e ganhou o apoio no discurso da bancada evangélica parlamentar.

O que motivou a organização de grupos mais conservadores da sociedade representados pelo “Movimento Brasil Livre”, entre outros, que alegam que temas referentes a gênero, sexismo e orientação sexual vão contra os valores da “família tradicional”, e das questões religiosas.

O barulho feito pelos que acreditam nisso fez com que, em 2011, o termo gênero fosse retirado do Plano Nacional da Educação (PNE) como resultado da proposta parlamentar apoiada por setores conservadores de direita, e defendido por deputados ligados à bancada religiosa, do projeto de lei nº867/2015, intitulado “escola sem partido”. Estes setores acusavam que PNE estaria fazendo apologia a “ideologia de gênero”⁶.

⁶ A “ideologia de gênero” seria mais aptamente compreendida se pensássemos nela como “ideologia do questionamento do binarismo homem/mulher como forma exclusiva de se pensar a respeito de

O movimento “escola sem partido”⁷, que diz representar pais e estudantes contrários ao que eles chamam de “doutrinação ideológica” nas salas de aula, acusa os professores que tentam trabalhar as temáticas transversais e políticas de fazerem militância político-partidária ou ideológica. O grupo ganhou força desde 2015 e o Congresso Nacional começou a debater projetos de lei inspirados na temática. O grupo também apoia a ideia de que temas relacionados à sexualidade e gênero não podem ser abordados nas escolas, pois, são assuntos que cabem apenas aos pais orientarem seus filhos.

Em 2017, as expressões gênero e sexualidade também foram suprimidas da versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) o que significa um retrocesso na educação e também para as lutas feministas e LGBTQIA+.

Nesse contexto, quando voltamos a questão do Plano Municipal de Educação de Capistrano, onde não houve menção às diretrizes que trabalham a temática de gênero, podemos concluir que pode ser um reflexo do que essa população não considera importante para o debate escolar, mesmo que na cidade seja recorrente relatos de violência domésticas, desrespeitos e ofensas à mulheres e a classe LGBTQIA+, não houve a preocupação de trazer para a educação o seu papel na formação cidadã do indivíduo quanto a estas questões.

Tal situação reforça a necessidade de estudos e pesquisas nos campos da educação de gênero, pois, há ainda no nosso país um movimento conservador que defende o sistema patriarcal⁸, machista e reprodutor das desigualdades.

gênero”. Para os estudiosos da área, identidade e sexualidade são parte de construções sociais e culturais, e não apenas fatores biológicos. BURIGO. Joanna. Disponível em: <http://www.laparola.com.br/ideologia-de-genero-existe-sim-mas-sempre-existiu>

⁷ Movimento criado com a intenção de defender uma escola “sem interferências políticas”. Busca-se defender a escola de “doutrinações partidárias e ideológicas.” Na verdade, trata-se de mais um movimento conservador que busca, em sua essência, atacar o livre pensamento, a liberdade de pensamento e do exercício da profissão, o pensamento crítico e a pluralidade como princípios democráticos. Diversas Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais tramitam projetos de lei que proíbem professores do livre exercício da profissão sob a alegação doutrinação partidária. No entanto, tal projeto tem sofrido algumas derrotas por seu caráter inconstitucional.

⁸ Conceito utilizado para problematizar as relações de gênero na sociedade contemporânea, comumente utilizado para explicar a condição feminina na sociedade e as bases da dominação masculina.

Em oposição ao movimento escola sem partido, cresce também o debate de gênero e o combate à discriminação e a desigualdade no país. É importante pensar a escola como um espaço de prática e formação política, intelectual, social, cognitiva, emocional e psicológica onde os debates se fazem fundamentais para a prevenção e o combate das desigualdades de gênero.

Assim como refletir como os educadores/as fazem e podem se preparar para debater questões de gênero com propriedade e trabalhar suas condutas para assim combater os preconceitos, pois a escola em sua função social, segundo as tendências pedagógicas progressistas na qual se insere a libertária, apresenta-se como um espaço democrático, sendo assim, deve se propor a discussão de questões sociais e possibilitar o desenvolvimento do pensamento crítico.

o grande problema, quando falamos do debate de gênero e a propagação de práticas sexistas nos ambientes escolares, está relacionado à postura que a escola tende a tomar nesses casos, que em sua maioria é de preferir não debater abertamente sobre a temática, embora ela esteja presente de forma significativa em seu cotidiano, seja em conteúdos repassados ou na convivência informal entre professoras/es e alunas/os.

Faz-se necessário que haja um debate na escola para que se aflore a criticidade e a consciência em toda comunidade escolar, seja entre docentes, discentes, funcionários e a própria família. No sentido de perceber que as relações de gênero são culturalmente constituídas e que existem interpretações e maneiras de viver diversas sobre as referidas relações, sejam do ponto de vista apresentado pelos movimentos feministas, LGBTQIA+, etc, sejam do ponto de vista conservador. Quando isso não ocorre acaba-se legitimando as desigualdades de gênero, de forma natural e imperceptível, uma vez que as/os educadoras/res muitas vezes estão inseridas/os de acordo com os padrões impostos pela sociedade tradicional.

Assim, a escola (re)produz as relações hierárquicas entre meninas e meninos, através de algumas ações, seja por meio da linguagem, do comportamento, das práticas pedagógicas, da interpretação nos livros, ou os gestos, que de maneira muito singular acabam reforçando as desigualdades e desfavorecendo a igualdade de gênero.

As diferenças entre os gêneros existem, mas é importante salientar que elas não justificam as desigualdades, as diferenças são naturais e enriquecedoras para a

vida em sociedade, já as desigualdades são criadas a partir dos preconceitos, causando sequelas graves para a maioria das meninas, sendo usada como pretexto para o abuso de poder, violência e exploração.

Parto da hipótese que nas escolas de ensino básico do interior essas características são bem mais marcantes, tanto no quesito social quanto no âmbito cultural, pois no interior ainda há uma população muito ligada aos padrões tradicionais relacionados à religião e a família.

Historicamente a construção social dos indivíduos é fundamentada na concepção de existir determinados papéis sociais cabíveis ao masculino e ao feminino, como por exemplo, meninas são estimuladas a brincar de boneca, pois isso reforça o papel da maternidade e do cuidado com o lar, enquanto meninos são estimulados a brincadeiras fora de casa, como jogar bola, corrida de carrinhos, essas atividades estimulam a exploração do ambiente externo ao lar. Assim gerando culturalmente a ideia de que a mulher deve cuidar da casa (esfera privada), dos filhos enquanto o homem deve trabalhar (esfera pública).

Este modelo é perceptível no ensino institucional escolar que se baseia na metodologia educacional em que as aulas são expositivas, professor é a figura de poder que detém o conhecimento, fato que implica na força que as atitudes das/os professoras/es têm sobre a formação sócio pedagógicas das/os alunas/os, estes por sua vez dentro dessa abordagem aprendem pela assimilação do conhecimento, e são vistos como um receptor passivo, resultante de uma disciplina rígida.

Os impactos que o sexismo causa nas mulheres, seja na vida econômica e/ou social, afeta a segurança até saúde física e psicológica das mulheres. O sexismo está impregnado em nossa sociedade e por isso ele chega a ser naturalizado na condição de vida das mulheres que passam muitas vezes a enfrentar problemas não apenas na esfera pública, como salários menores, menos posições de chefia etc, como também a enfrentar problemas na esfera privada, dentro de suas casas, onde são agredidas, violentadas, desrespeitadas e oprimidas por aqueles que deveriam ser seus companheiros. Acarretando assim problemas psicológicos como depressão, síndrome do pânico, estafa mental pelo excesso de atividades desenvolvidas (tripla jornada de trabalho: trabalhos domésticos, maternidade, vida profissional) entre outros.

A cultura sexista no Brasil estabelece que desde pequenas as meninas sejam socializadas com a ideia de um corpo frágil, passivo e quando isso não acontece as mulheres são penalizadas por sua insubordinação na sociedade. As mulheres tem que estudar mais que os homens para ocupar os mesmos cargos e mesmo assim, segundo um estudo da OIT, as mulheres representam 39% de todos os trabalhadores assalariados do mundo, mas apenas 27% dos trabalhadores administrativos⁹. E mesmo estudando mais e trabalhando o mesmo que os homens, mulheres têm mais dificuldades para chegar a cargos de chefia.

Podemos ver segundo um estudo do IBGE realizado em 2019 que mesmo com uma leve queda na desigualdade salarial entre 2012 e 2018, as mulheres ainda ganham, em média, **20,5% menos** que os homens no país. O estudo foi feito para o Dia Internacional da Mulher, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)¹⁰. Esses índices demonstram que as mulheres recebem menos apenas por serem mulheres, essa desigualdade salarial provoca danos ainda maiores na vida das mulheres quando analisados de perto, pois as pesquisas mostram que isso pode afetar até a saúde, uma vez que elas trabalham mais ou entram para o trabalho não formal que prejudica seu acesso a saúde de qualidade.

No Brasil, segundo os dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), mulheres ganham, em média, 75,4% do que os homens ganham.¹¹ O país ocupa o 5º lugar no ranking mundial de Femicídio, segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH). Sem falar nos altos índices de violência doméstica e violência sexual. O Brasil registrou 648 feminicídios no primeiro semestre de 2020, 1,9% a mais que no mesmo período de 2019, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

⁹ Dados disponíveis em: ONU News: [Estudo da OIT mostra falta de progresso na igualdade de gênero no mercado de trabalho | ONU News](#) acesso em 12/02/2021.

¹⁰ Dados disponíveis em: Senso 2021 IBGE [IBGE | Censo 2021 | Diferença cai em sete anos, mas mulheres ainda ganham 20,5% menos que homens](#) em 12/02/2021

¹¹ Dados disponíveis em: <https://oglobo.globo.com/economia/mulheres-ganham-ate-38-menos-que-homens-na-mesma-funcao-22466944> acesso em: 01/11/2018

(FBSP)¹². Outra pesquisa realizada pelo Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)¹³ – sobre a responsabilização da mulher por atos de violência sexual, mostrou que 33% da população brasileira considera que a vítima é culpada pelo estupro. A pesquisa mostrou ainda que 65% da população feminina têm medo de sofrer violência sexual.

Refletindo sobre estes dados e a condição da mulher em nossa sociedade fica perceptível o grande problema que enfrentamos com as questões de gênero, por isso, observar como essa temática se desenvolve nas escolas, a partir do sexismo, é importante. A pesquisa citada aponta que 91% dos entrevistados concordaram com a afirmação de que “temos que ensinar meninos a não estuprar”.

Apesar das mulheres serem as mais gravemente afetadas pelo sexismo, estereótipos sexistas também prejudicam os homens. Ainda na infância os meninos são repreendidos ao demonstrarem qualquer traço de afetividade ou mesmo demonstrar suas emoções, é comum quando um menino chora que logo ele seja repreendido afinal “homens não choram”, ou seja, não podem mostrar vulnerabilidade; os meninos também são ensinados a serem “machões” e isso faz com que homens sejam mais vulneráveis a brigas de contato físico, gerando assim problemas na qualidade de vida.

Também é ensinado para os homens que eles devem demonstrar sua sexualidade abertamente (desde que seja uma sexualidade heteronormativa) o que contribui para objetificação da mulher, pois é algo esperado de um homem viril. Muitos acabam sucumbindo a esses estereótipos, pois quando não atendem a eles são rotulados com alguns termos pejorativos como “fracote”, “mulherzinha” ou “gay”. A educação é o caminho mais eficaz para mudar o pensamento da sociedade.

Há necessidade de se debater sobre questões de gênero e preparar uma base sólida para combater essas violências a partir da informação e do conhecimento. Trabalhar a temática de gênero nas escolas pode possibilitar uma mudança nos quadros estatísticos da vida das mulheres, cuja discriminação e a violência predominam. Com a promoção deste debate no ambiente escolar

¹² Dados disponíveis em G1 Mundo [Com restrições da pandemia, aumento da violência contra a mulher é fenômeno mundial | Mundo | G1 \(globo.com\)](#) acesso em 12/02/2021

¹³ Fonte:

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-09/onu-mulheres-brasil-diz-que-pesquisa-sobre-e-stupro-reflete-estagnacao-da> Acesso em: 10/10/2017

podemos promover a quebra dos estereótipos e a diminuição do sexismo. Além disso, existe o fato que a educação deve ser emancipatória e libertária e o desenvolvimento deste modelo de ensino possibilita às futuras gerações aprender outros modelos sociais menos discriminatórios e preconceituosos.

A educação é um fator fundamental para a prevenção e erradicação da violência, por isso, a escola tem papel fundamental na desconstrução desses estigmas e desigualdades. E para desconstruirmos, precisamos compreender de que forma acontece.

Considero importante evidenciar algumas hipóteses das quais parto para realização desta pesquisa. Primeira, a escola constitui um locus privilegiado de observação das relações de gênero, haja vista que se configura como espaço formativo de meninas e meninos; segunda, modelos sexistas são (re)produzidos e/ou aprendidos de forma “naturalizada” no ambiente escolar, sejam nas interações entre professor/a-estudante, estudantes-estudantes, direção-aluna/o, direção-professor/a, comunidade escolar-estudante; terceira, a educação é tomada por uma perspectiva tradicional, o que causa sofrimento, desigualdade e exclusão entre as meninas.

“Como se evidenciam e se manifestam as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar?” a partir da análise e compreensão da atuação dos professores e dos/as professores/as?

OBJETIVOS DA PESQUISA:

Geral

Compreender como se manifestam as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar de uma escola de Capistrano a partir do comportamento das professoras e professoras.

Específicos

Compreender como o sexismo se manifesta na escola a partir dos comportamentos, atitudes, práticas de docentes.

Analisar como os/as docentes percebem as práticas sexistas na escola e entender quais os danos causados pelo sexismo na vida estudantil das meninas

METODOLOGIA

Considerando que o método se refere ao desenho estratégico de efetivação da pesquisa à realidade empírica (MINAYO; SANCHES, 1993), foi utilizado o desenho da etnografia escolar para a realização da investigação dentro de uma abordagem qualitativa.

A abordagem qualitativa permite que se foque no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades, logo, para o estudo específico do sexismo em uma escola no município de Capistrano. Essa escolha permite compreender quais comportamentos e práticas são manifestadas nesse local que se diferenciam dos demais locais, sem fazer generalizações e demonstrando um problema que acontece em nível mundial dentro de uma realidade local, destacando suas diferenças e especificidades.

Esta pesquisa assume um caráter etnográfico porque reúne um conjunto de técnicas da pesquisa etnográfica aplicadas à Educação.

Se o foco de interesse dos etnógrafos é a descrição da cultura (práticas, hábitos, crenças, valores, linguagens, significados) de um grupo social, a preocupação central dos estudiosos da educação é com o processo educativo. Existe, pois, uma diferença de enfoque nessas duas áreas, o que faz com que certos requisitos da etnografia não sejam – nem necessitem ser – cumpridos pelos investigadores das questões educacionais. (ANDRÉ. 1995.P09)

Com esse tipo de pesquisa o/a pesquisador/a pode aprofundar-se na compreensão dos fatos que estuda, seja as ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social, que é exatamente o tipo de compreensão que foi buscado para esta pesquisa em questão.

A etnografia é um processo guiado preponderantemente pelo senso questionador do etnógrafo. Deste modo, a utilização de técnicas e procedimentos etnográficos, não segue padrões rígidos ou pré-determinados, mas sim, o senso que o etnógrafo desenvolve a partir do trabalho de campo no contexto social da pesquisa. (MATTOS. 2011. p. 50)

As técnicas e instrumentos utilizados foram: observação e registro em diário de campo, durante as observações procurei ficar em pontos estratégicos da sala para observar sob a maioria das óticas possíveis. Com a técnica da observação pude adentrar ao cotidiano escolar compreendendo como era sua dinâmica, relações e de certa forma me tornei parte dele, durante esse período observei o comportamento dos/as professores/as para com alunos/as no ambiente escolar como um todo para compreender o fenômeno das práticas sexistas nas salas de aulas.

A pesquisa foi realizada em uma escola pública da rede municipal de Capistrano que atende ao ensino fundamental nas séries iniciais e finais, localizada na sede do município, próximo a uma área de vulnerabilidade social, onde se encontra problemas relacionado ao tráfico de drogas e de onde vem 90% das crianças e adolescentes matriculados na instituição. A pesquisa contou com a colaboração de três professores/as de uma turma do terceiro ano do ensino fundamental. São eles: uma professora titular polivalente e um professor de História e Geografia, mais uma professora ajudante de sala. Elas e ele me receberam de forma solícita e me forneceram dados sobre a turma, como horários e quantidade de alunos e alunas. A turma contava com 30 crianças, sendo 08 do sexo masculino e 22 do sexo feminino.

Foram feitas observações na sala de aula onde procurei ocupar diferentes espaços, sentando ao fundo da sala, nos lados (esquerdo e direito) e também na parte da frente, durante o horário das aulas (de 07h às 11h) e também no horário dos intervalos, no período de 03 de março de 2020 a 13 de março de 2020, totalizando assim de 08 observações e registros no diário de campo. Nessas observações foi levada em consideração para análise a forma com eram montados os grupos de trabalhos nas salas, as brincadeiras, as interações entre os gêneros, registrando como se desenvolve as relações de gênero, como os/as professores/as e como eles/as se comportam diante de atitudes sexistas destacando como suas práticas reforçam ou desconstrói esses comportamentos.

Para a análise dos dados coletados por meio da observação foi realizada a análise de conteúdo, entendendo que esta, segundo Franco (2005), tem como ponto de partida a **mensagem**, observando o significado e o sentido que ela expressa. Nesse sentido, os conteúdos analisados foram as aulas, as atividades

desenvolvidas pelas professoras e o professor, os momentos de intervalo na sala de professores, diálogos, posturas e ações com os/as crianças.

Segundo Franco (2005), para que análise dos conteúdos seja feita de forma pertinente o/a pesquisador/a deve dialogar os conteúdos com a teoria, “ [...] toda análise de conteúdo implica comparações; o tipo de comparação é ditado pela competência do investigador no que diz respeito a seu maior ou menor conhecimento acerca de diferentes abordagens teóricas” (p.26). Aqui o diálogo foi realizado com as teorias de Moreno (1999) sobre o sexismo na escola e as teorias de Louro (1997) com relação a construção de gênero no ambiente escolar.

As análises deste trabalho têm por base o conteúdo manifesto, pois esse procedimento tende a valorizar o material a ser analisado, especialmente se a interpretação do conteúdo “latente” estipular como parâmetros, os contextos sociais e históricos a quais foram produzidos (FRANCO. 2005. p.22). Levando em consideração que os problemas sociais têm todo um histórico complexo e que para compreendermos esse histórico temos que observar as situações que ocorrem cotidianamente.

Dentro das unidades de análises trabalhamos com unidades de registro que correspondem aos registros das observações com base na temática do trabalho (sexismo na escola) e as unidades de contexto (fatos) que é a parte mais ampla que resulta no sentido e no significado dos conteúdos analisados.

Todas as observações escritas no diário de campo foram transcritas para um arquivo de texto, após essa etapa houve uma leitura minuciosa para rememorar os fatos observados, destaquei durante essa leitura todos os fatos que considerei relevante para a pesquisa, ao longo dos oito dias de observações muitas situações surgiram, algumas se repetiam e com a finalidade de ser sucinta e precisa selecionei os fatos mais marcantes para analisar no corpo do trabalho. Dada essa seleção conforme os conhecimentos e diálogos teóricos construídos ao longo da pesquisa construir o texto buscando sempre a mensagem e o significado das ações contida nos fatos.

Os resultados da análise serão apresentados no capítulo dois. Que está organizada da seguinte maneira uma pequena apresentação sobre a condução da pesquisa, em seguida temos os fatos analisados enumerados de um a dez, seguindo

a lógica fato e comentário analítico concluindo com uma reflexão geral das observações.

CAPÍTULO I: GÊNERO E SEXISMO: DEBATES SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DE SER PESSOA A PARTIR DO SEXO

É um desafio falar de gênero por ser este um assunto tão complexo e ainda não bem delimitado pelos vários ramos das ciências. Em uma perspectiva do senso comum gênero esta comumente ligado ao sexo, ao que distingue homens de mulheres, a partir de ma configuração binaria gênero masculino e gênero feminino. Porém nas ciências sociais “gênero é uma construção de que?” e como afirma Saffioti (1992) se dá através da dinâmica das relações sociais. Ou seja, os seres humanos só se constroem como tal em relação com os outros.

O que diferencia socialmente as pessoas, nesse sentido, afirma Scott (1995. p. 75) é que:

O gênero é [...] uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade, o gênero se tornou uma palavra particularmente útil, porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens.

Certos modelos de conduta esperados para homens e mulheres são construídos socialmente através dos tempos e não determinados pelo sexo, formulam-se moldes e estes são desenvolvidos a partir das relações determinando papéis e funções, impostos e adaptados pela sociedade para homens e mulheres.

O conceito de gênero enfatiza a pluralidade e conflitualidade dos processos pelos quais a cultura constrói e distingue corpos e sujeitos femininos e masculinos, torna-se necessário admitir que isso se expressa pela articulação de gênero com outras “marcas” sociais, tais como classe, raça, etnia, sexualidade, geração, religião, nacionalidade. É necessário admitir também que cada uma dessas articulações produz modificações importantes nas formas pelas quais as feminilidades ou as masculinidades são, ou podem ser vividas e experienciadas por grupos diversos, dentro dos mesmos grupos ou ainda, pelos mesmos indivíduos, em diferentes momentos de sua vida (MEYER, 2005, p. 17 *apud* BISCARO, 2009).

Partindo desse pressuposto vamos conceituá-lo aqui por um determinado processo histórico do movimento feminista.

1.1 BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA E O SURGIMENTO DO CONCEITO DE GÊNERO:

Definir feminismo é algo complexo uma vez que ele está atrelado a vários processos históricos, dentro de um senso comum podemos dizer que é uma ideologia e um movimento social, político e filosófico, entretanto essa definição de ser rasa pois ele aborda muito mais questões, como nos explicita Garcia (2018, p.13):

o feminismo pode ser definido como a tomada de consciência das mulheres como coletivo humano, da opressão, dominação e exploração de que foram e são objeto por parte do coletivo de homens no seio do patriarcado sob suas diferentes fases históricas, que as move em busca da liberdade de seu sexo e de todas as transformações da sociedade que sejam necessárias para este fim. Partindo desse princípio, o feminismo se articula como filosofia política e, ao mesmo tempo, como movimento social.

Existem várias vertentes de movimentos feministas: feminismo marxista, radical, liberal, anarquista, interseccional e cada uma aborda uma agenda diferente dentro da pauta global de luta contra a opressão da mulher

O feminismo, enquanto movimento social, é um movimento essencialmente moderno, surge no contexto das ideias iluministas e das ideias transformadoras da Revolução Francesa e da Americana e se espalha, em um primeiro momento, em torno da demanda por direitos sociais e políticos. (COSTA, 2005. p.09)

A trajetória do movimento feminista passa por três momentos significativos, o primeiro e conhecido como sufrágismo. “A chamada primeira onda do feminismo aconteceu a partir das últimas décadas do século XIX, quando as mulheres, primeiro na Inglaterra, organizaram-se para lutar por seus direitos, sendo que o primeiro deles que se popularizou foi o direito ao voto.” (PINTO. 2010. p.15) o que ficou conhecido como Sufrágismo. Nesse período, além do direito ao voto, as mulheres lutaram pelo direito à posse e ao divórcio.

A segunda onda do feminismo tem seu início ainda nos anos de 1950, nos anos de 1960 temos a parte de maior força do movimento, até então, com a articulação política e a produção intelectual principalmente na Europa e Estados Unidos.

Durante a década, na Europa e nos Estados Unidos, o movimento feminista surge com toda a força, e as mulheres pela primeira vez falam diretamente sobre a questão das relações de poder entre homens e mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher - no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta, sim, por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que esta última tenha liberdade e autonomia para decidir sobre sua vida e seu corpo. (PINTO. 2010. p.16)

é aqui também que se inicia os primeiros debates sobre as diferenças entre sexo e gênero. o movimento das mulheres já estava a incomodar, foi então que alguns pensadores começaram a se interessar em tratar de maneira “correta” a explicação sobre as diferenças de gênero, tentaram explicar essas diferenças pelo plano biológico defendendo que o estado de submissão das mulheres seria proveniente de seu estado físico .

Como rejeição a tal teoria e como resposta a essa visão preconceituosa, as feministas começaram a usar o termo gênero para explicar baseadas em teorias sociais às construções das diferenças impostas pela sociedade. Nesse momento a explicação das diferenças entre homens e mulheres, sai do plano biológico e vai para o social, não se nega a existência do plano biológico, porém se enfatiza o poder que a construção social exerce sobre essas características, pois são as relações em sociedade que constroem as diferenças de gênero.

Também é nesse contexto que são publicadas as obras clássicas que embasam o movimento feminista hoje como: *Le deuxième sexe*, de Simone de Beauvoir (1949) *The feminine mystique*, de Betty Friedman (1963), *Sexual politics*, de Kate Millett (1969), não são apenas produções que servem para embasar o surgimento de um movimento, mas também é o começo de um debate e uma representatividade na academia das mulheres e conscientização da relação entre os gêneros, acompanhados de todo um processo de revolução com protestos, marchas para a visibilidade dos estudos sobre a mulher. Inclusive muitos autores atribuem que o conceito de gênero como utilizamos hoje tenha surgido a partir da frase épica “*Não se nasce mulher, torna-se mulher*” de Simone de Beauvoir (1949) pelo impacto que a afirmação trouxe e de como os estudos de gênero se deram a partir desse evento.

Na terceira onda do feminismo que surge a partir da década de 1990 o grande debate surge no sentido de mostrar que o discurso universal é excludente, ao discutir os paradigmas estabelecidos nas outras ondas, nesse momento se trás para as discussões feministas a micropolítica, ou seja, as relações que constituem essas mulheres enquanto mulheres, nessa perspectiva a preocupação de se levar em conta especificidades das mulheres, percebendo que as opressões atingem as mulheres de modos diferentes, assim se faz necessário discutir gênero com recorte de classe e raça. Apesar de que, esse não é um assunto necessariamente novo, ainda na década de 1970 as mulheres negras, principalmente as estadunidenses como Beverly Fisher, já denunciavam a invisibilidade das mulheres negras no movimento.

A exemplo disto temos as críticas trazidas por algumas feministas dessa terceira onda, alavancadas por Butler, se baseia no fato de a universalização da categoria Mulher, foi feita tendo em vista a representação política, tendo como base a mulher branca, de classe média, enquanto sabemos que esta forma não representa todas as mulheres, essa crítica dá uma nova roupagem nas discussões de gênero, como Butler aponta "a crítica feminista também deve compreender como a 'categoria mulheres', o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação" (Butler, 2008. P.19) assim faz-se necessário levar em conta os demais marcadores sociais que constrói a categoria "mulheres".

A crítica de Butler (2008) também leva consideração o binarismo, ela pontua que a diferença binária entre os sexos é uma construção, já que sexo não é uma característica ou atributo de alguém. Entretanto ela coloca que ser sexuado tem significado estar submetido a um conjunto de regulações sociais, que cria correlações necessárias entre sexo, gênero, prazeres e desejo. Assim Butler vai além da denúncia de que o gênero é uma construção e argumenta que, antes, o próprio sexo é uma construção: "o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual 'a natureza sexuada' ou 'um sexo natural' é produzido e estabelecido como 'pré-discursivo', anterior à cultura" (BUTLER, 2008, p. 25).

A compreensão do que é o movimento feminista e a contextualização histórica são extremamente importantes para compreendermos que o termo gênero nasce de

uma luta, não é apenas uma nomenclatura epistemológica, mas está intimamente ligada a processos históricos, culturais da sociedade. O gênero com todas essas mudanças não se refere hoje apenas à categoria binária do feminino ou masculino, mas é uma área bem mais abrangente que demonstra que o gênero pode se construir de diversas formas a partir de onde o ser humano está inserido.

1.2 SEXISMO E EDUCAÇÃO

Para começarmos o debate sobre educação e sexismo é importante compreendermos o local do qual estamos falando que é a Escola, compreendida como uma instituição educativa que carrega uma prática machista, já que essa é concebida historicamente a partir das perspectivas masculinas.

Está presente na escola uma visão androcêntrica¹⁴ de mundo, sendo o androcentrismo, segundo Moreno (1999), um dos preconceitos mais graves e castradores da nossa sociedade, pois ele está enraizado em várias instâncias, como no pensamento científico, filosófico, religioso e político. E é sob essa visão androcêntrica que nossa sociedade vem sendo educada por milhares de anos, sendo uma visão compartilhada por homens e mulheres, sendo que na verdade esse pensamento é bem rudimentar que vem coexistindo ao lado de um pensamento bem mais elaborado como o pensamento científico. Podemos ver androcentrismo se manifestar na escola através da linguagem, expressões sempre no masculino, nos conteúdos de ensino, a mulher apresentada como um ser sem história, o homem apresentado como o herói, conquistador, no silenciamento e no julgamento de condutas fora dos padrões de gênero e estes são só alguns exemplos.

Afinal a ciência tem em si preconceitos ideológicos e não está isenta do erro. A história da humanidade está repleta de exemplos nos quais a ciência fomentou preconceitos e erros que hoje achamos absurdos, como a inferioridade do povo negro e geocentrismo. . Algumas das discriminações contra as mulheres têm se apoiado em concepções científicas que deveriam ser criticadas pela escola.

Para pensar como a escola hoje continua atuando como um modelo androcêntrico, precisamos resgatar um pouco da história da educação no Brasil. O modelo de educação implantado no Brasil vem de um modelo colonial de dominação

¹⁴ Androcentrismo: consiste em considerar o homem como centro do universo.

e organização da sociedade a partir do que os portugueses acreditavam ser civilizado. Um modelo que surgiu para converter e colonizar os povos nativos, para aceitar tudo que era repassado sem questionar, atribuindo assim, um papel de submissão para o aluno dentro dessa situação. Nesse modelo educacional as mulheres não tinham direito à educação, mesmo depois que a educação para formação e letramento chegou ao Brasil as mulheres continuaram excluídas do direito de estudar disciplinas como português, física, filosofia, que ficavam apenas para os homens da época, como aponta Ribeiro (2000, p. 79)

Durante 322 anos – de 1500 a 1822 -, período em que o Brasil foi colônia de Portugal, a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos. A instrução era reservada aos filhos (homens) dos indígenas e dos colonos. Esses últimos cuidavam dos negócios do pai, seguiam para a universidade de Coimbra ou tornavam-se padres jesuítas. Tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever.

Na história da educação do Brasil as mulheres têm, em relação aos homens, mais de três séculos de exclusão simplesmente pelo fato de serem mulheres. E quando tiveram acesso à escola essa servia para ensinar papéis e funções de como “serem mulheres”. Ainda segundo Ribeiro (2000) as mulheres naquela época eram tidas como “seres imbecis” e suas presenças não deveriam sequer ser notadas em público.

Apenas em 1827 foi instituída a Lei Educacional de 15 de outubro, ainda no antigo império, que garantiu para as mulheres o direito aos estudos elementares e apenas em 1879 as mulheres puderam fazer o ensino superior, entretanto aquelas que desejavam seguir esse caminho sofriam forte repressão da sociedade, pois aquele não era o seu “lugar”. Todo histórico de exclusão e repressão das mulheres na escola faz com que ainda hoje a escola seja um espaço sexista e de reprodução de estereótipos.

Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também *fabrica* sujeitos produz identidades étnicas, de gênero, de classe; se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com

nossa participação ou omissão; se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, transforma e pode ser subvertida; e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades. (LOURO.1997.P.85-86)

A educação, por uma perspectiva tradicional, ainda remete muito a essa contextualização histórica, ela foca na objetividade e nos resultados, que centraliza o poder na/o professor/a deixando a/o aluna/o ainda numa condição de submissão sem levar em conta a subjetividade desta/e. A educação tradicionalista é uma educação eurocêntrica, colonizadora e patriarcal, que prega o silenciamento.

No campo de estudo das relações de gênero, quando se pensa em instituições se tem a preocupação com as construções sociais e culturais de masculino e de feminino, pois, ao mesmo tempo em que essas instituições são construídas por pessoas, são também (trans)formadoras de pessoas, no que se refere à escola essa preocupação tem se acentuado, tendo em vista que:

A escola tem marcada uma dupla função: a formação intelectual e a formação social dos indivíduos, ou seja, seu adiestramento nos próprios modelos culturais [...] Não será mais que um aparelho reprodutor de vícios e virtudes, de sabedorias e de mediocridades. Sua missão pode ser muito diferente, em lugar de ensinar o que os outros pensaram, pode ensinar a pensar; em lugar de ensinar a obedecer, pode ensinar a questionar, a buscar os porquês de cada coisa, a iniciar novos caminhos, novas formas de interpretar o mundo e de organizá-lo. (MORENO.1999.p 17)

Ou seja, a partir da dupla função da escola podemos pensar que ela é um espaço que lida diretamente com as relações de poder e com a construção social deste, sendo que também se depara com as diferenças, então a necessidade desse diálogo sobre as práticas sexistas e a educação para se construir relações saudáveis nesse ambiente.

A introdução de assuntos como a construção social e cultural dos papéis masculino e feminino presente nas relações pessoais, na construção das identidades de gênero, na divisão sexual do trabalho, na presença dos padrões

associados à heterossexualidade, na hierarquização de gênero e na desigualdade entre homens e mulheres com base na lógica do sexo que resulta no sexismo, são todos temáticas a serem debatidas nas escolas desde ensino básico.

Pois, esse espaço que serviu tanto tempo para inferiorizar pode se tornar um espaço de debates, de construção de um novo modelo de sociedade, oportunizando, inclusive, espaço de voz e poder para as mulheres.

Muitos/as professores/as vêm de uma formação tradicional, no qual essa questão não foi tratada e vem da realidade da nossa sociedade machista. Então a falta de conhecimento ou de formação, e até mesmo o posicionamento crítico e ideológico desses/as profissionais podem ser o maior percalço no caminho para modificar uma educação sexista.

Os discursos sexistas continuam a se propagar nas salas de aula, ao homem são atribuídas atividades físicas, jogos, força. Enquanto à mulher atribuem fragilidade que vem muitas vezes como sinônimo de feminilidade, atividades mais voltadas ao magistério, porque ser professora é a única representatividade de profissão mais próxima à questão da maternidade. É importante considerar o que nos diz Louro (1997, p. 21) :

[...]É necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas é a forma como essas características são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou se pensa sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico.

Ou seja, os papéis sociais femininos e masculinos não são definidos por suas características biológicas, mas por um conjunto de crenças e normas impostas sobre os corpos, são uma construção que parte do contexto histórico e social.

1.3 COMO O SEXISMO SE CONSTRÓI E SE MANTÉM NAS ESCOLAS

Essa parte do trabalho se fundamenta principalmente no capítulo I da obra de Montserrat Moreno (1999) “Como se ensina a ser menina na escola: sexismo na escola” Aqui falaremos sobre as práticas de sexismo na escola compostas a partir dos conteúdos de ensino abordando como os conteúdos são apresentados para as mulheres e como eles ajudam a manter um ensino sexista e incutir nas mulheres os padrões de gênero.

A primeira questão de análise proposta por Moreno (1999) refere-se à linguagem e como ela é construída a partir do androcentrismo, apagando a existência feminina e universalizando o “Homem” como representante supremo da Humanidade. Na escola e nos livros. “[...] a linguagem reflete, assim, o sistema de pensamento coletivo, e com ele se transmite uma grande parte do modo de pensar, sentir e atuar de cada sociedade.” (MORENO.1999.p.16)

Segundo Moreno (1999), antes de adentrar o universo da escola, as crianças aprendem que existe uma forma linguística de se referir a meninos e a meninas, entretanto quando adentra a escola a menina irá perder sua identidade sexolinguística e passará a viver em uma dualidade, pois quando os/as professores/as se refere a pessoas da sala sempre se refere aos meninos e quando se refere apenas a elas no singular voltam a usar menina, isso se torna confuso para elas. “é na escola que em função do número a individualidade se perde dentro do grupo de alunos, onde se reforça até a exaustão a ideia de que o idioma não lhe pertence”(MORENO, 1999.p 37).

Tal postura apaga a referência linguística das mulheres e inconscientemente implementa a ideia de que a mulher é um “ser de segunda classe” e não merece sequer diferenciação linguística. Essa linguagem não se detém apenas na prática oral, mas, também no visual, logo que se aprende a ler e escrever o discurso passa para o papel, e tanto a escrita como a fala, trazem o androcentrismo, combinado com as imagens dos livros didáticos que reforçam a presença masculina.

Outro tema a ser abordado é “como os livros didáticos e as componentes curriculares abordam a figura feminina”. Normalmente os livros de história, por exemplo, trazem apenas as figuras masculinas como heróis, cientistas, inventores e não trazem a contribuição das mulheres, gerando a impressão de que “as mulheres não tem História” quando o que realmente acontece é a invisibilização desse processo que foi usurpado pelo androcentrismo.

Algo parecido acontece com a Matemática e as Ciências Naturais que são socialmente construídas como áreas masculinas e espera-se que as mulheres sejam inferiores, com isso elas não são estimuladas pelo interesse nessa área,

A estrutura da escola não é pensada para mulheres, sendo esse espaço quase que inatamente sexista e por isso um *lócus* privilegiado para esta pesquisa. É fato que essa realidade tem tido mudanças e que hoje somos o maior número dentro

das escolas e universidades, entretanto, esse avanço ainda é pequeno diante de tantos anos de exclusão. Faz-se necessário pensar em outras perspectivas de ensino e políticas públicas de correção desse dano social na vida das mulheres.

Precisamos que profissionais e educadores/as estejam comprometidos com a equidade de gênero nas escolas e nas políticas educacionais, visto a onda de retrocessos no Brasil e no Mundo com ascensão de ideologias e apoio a sistemas de governos totalitários e conservadores que atingem diretamente nossos direitos já adquiridos e os que ainda precisam ser adquiridos.

1.4 DOCUMENTOS IMPORTANTES RELACIONADOS À IGUALDADE DE GÊNERO

Aqui traremos uma pequena reconstrução histórica das legislações e normas sobre os direitos das mulheres dentro da educação a partir do século XX. A constituição de 1988 é o maior marco legal que abre caminho para trabalhar os Direitos Humanos no Brasil, pois a demarcação legal indica os direitos, os deveres, as regras. Partindo do princípio de igualdade instituído no artigo 5º da nossa constituição o inciso I garante que “homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações” (BRASIL, 1988). Apesar de ser um grande marco para a busca por igualdade entre os gêneros, tal legislação não pode sozinha garantir a efetividade dessa lei. Os direitos das mulheres começam a se consolidar no Brasil a partir dessa data, porém houve também outros documentos defendidos em instrumentos jurídicos internacionais dos Direitos Humanos. Dentre eles podemos citar:

- Convenção nº 100, de 29 de junho de 1951, da OIT (Organização Internacional do Trabalho), sobre a igualdade de remuneração de homens e mulheres por trabalho de igual valor;
- Convenção nº 111, de 25 de junho de 1958, da OIT, sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação (em vigor, no plano internacional, desde 1960).
- Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW, 1979);
- Convenção nº 156, de 23 de junho de 1981, da OIT, sobre a igualdade de oportunidades e de tratamento para homens e mulheres trabalhadores com encargo de família;
- Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará (1994);
- Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (Cairo, 1994);

- Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995);
- Protocolo Facultativo à CEDAW (1999);
- Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional - Convenção de Palermo (2000), que produziu o Protocolo de Palermo para Prevenir, Punir e Erradicar o Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças (2004);
- Declaração do Milênio (2000);
- IX Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e Caribe – Consenso do México (2004). (SECAD, 2007)

Todos esses documentos serviram de bases para as conquistas vindas posteriormente, e para a inclusão do Brasil no discurso dos direitos da mulher, no campo da educação a maior influência veio de um dos comitês da ONU intitulado Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher.

A principal abertura para a implementação da discussão da igualdade de gênero e prevenção do sexismo nas escolas começou a partir do período de 1995 a 1998, cujo Ministério da Educação e Desportos elaborou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) juntamente com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – 9.394, visam estabelecer diretrizes para o currículo do ensino fundamental e ser referência nacional para a prática educacional e as ações políticas no campo da educação.

Esses PCNs eram compostos por dois grupos, o primeiro referente às áreas do conhecimento e o segundo direcionado aos temas transversais esses “correspondem a questões importantes, urgentes e presentes sob várias formas, na vida cotidiana” (PCN, 1997) Com relação às questões de gênero, indica-se que estas deverão ser trabalhadas nas disciplinas de mostrando os papéis femininos e masculinos como construções sociais:

A discussão sobre as relações de gênero tem como objetivo combater relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres e apontar para sua transformação. (PCN, 2000)

Foi então que em 2002 o Movimento dos Direitos Humanos começou a elaborar do Programa Nacional de Direitos Humanos II que tinha em sua 172ª meta:

Incentivar a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para a aplicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs no que se refere às questões de promoção da igualdade de gênero e de combate à discriminação contra a mulher. PNDH, 2002)

Outro documento importante foi O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2004), que tinha entre suas metas, objetivos e prioridades uma educação inclusiva e não sexista, cuja visava incorporar a perspectiva de gênero e combater os estereótipos, promover a visibilidade da contribuição das mulheres na construção da História da humanidade, promover a alfabetização e ampliar a oferta de ensino fundamental para mulheres adultas e idosas, especialmente negras e índias.

Podemos dizer que os documentos que respaldam a discussão de gênero nas escolas são quase que recentes, e a implementação dessa discussão tem sido algo difícil para as escolas, mas precisamos estar atentos de que se foi instituído devido a sua importância e necessidade, pois são direitos assegurados de que a educação tem uma responsabilidade na construção da sociedade e em um momento em que a cidadania enfrenta novos desafios, busca novos espaços de atuação são esses documentos juntamente com a ação que abrem novas possibilidades de trabalhar questões sociais é importante ter o conhecimento de realidades que no passado, significaram e no presente, ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos.

Ainda é preciso destacar aqui que mesmo com a luta pela inclusão das temáticas relacionadas a gênero na educação e os avanços e a criação desses documentos algumas decisões tomadas recentemente significaram um retrocesso nesses avanços como em 2011 o termo Gênero foi retirado do Plano Nacional da Educação (PNE) por conta da movimentação da bancada religiosa no congresso nacional apontarem que o PNE estaria fazendo apologia a denominada por eles “ideologia de gênero”. Em 2017 as expressões Gênero e Sexualidade foram suprimidas da versão final do documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é uma perda imensa, isso destrói toda uma base que como acabamos de ver levou anos para serem construídas e vai a total desencontro com o projeto de promoção da igualdade de gênero e do combate a discriminação da mulher do movimento de direitos humanos que já havia sido instituído em 2002.

CAPÍTULO II: RESULTADOS DA PESQUISA

Nesta seção iremos abordar os fatos observados durante a pesquisa que podem nos ajudar a compreender como o sexismo está presente na escola pública do município de Capistrano e entender os comportamentos manifestados pelos professores e professoras buscando analisar como se evidenciam e se manifestam as relações de gênero e as práticas sexistas no ambiente escolar a partir da realidade da escola pesquisada. Apresento aqui 10 fatos que foram escolhidos após a análise de conteúdo dos momentos mais significativos da pesquisa em campo, fatos que despertaram em mim, enquanto pesquisadora, o incômodo e também questionamentos semelhantes aos que me motivaram a iniciar esse trabalho, por isso considero esses fatos importantes, eles evidenciam e corroboram para o entendimento do sexismo no ambiente escolar.

Fato 01:

A professora começa a aula dando bom dia à turma e avisando que farão atividades de português. a primeira atividade é uma leitura compartilhada de dois livros paradidáticos, ela avisa que irá escolher dois alunos para fazer a leitura dos livros um menino representando os meninos e uma menina representando as meninas, e os demais devem prestar atenção na leitura para fazer a atividade de compreensão dos textos. Ela organiza a sala em 2 semicírculos. Há 5 meninos e 4 dentre eles se sentam em duplas. Ela escolhe primeiro o menino para fazer a leitura do livro “O bichinho da maçã: o cara” o aluno lê e depois que ele termina a professora reler e mostra as ilustrações do livro para a turma. Ela fala que irá escolher a menina que irá representar as outras meninas, ela diz que a aluna irá representar a princesa.. A menina lê o livro chamado “Um quarto perto da lua” depois que ela termina, assim como fez com o menino, a professora reler a história demonstrando as ilustrações.

Nesse caso podemos observar que há a separação da sala em dois grupos, o feminino e o masculino (como acontece comumente na sociedade), a escola assim como a sociedade tende a separar meninas e meninos, criando dois universos diferentes para o desenvolvimento de cada um e uma. A atitude da professora até poderia ser encarado, sim, como uma situação de representatividade já que há uma aluna para representar as meninas e um aluno para representar os meninos, porém podemos ver que mesmo sem certa intencionalidade a professora acaba reforçando os estereótipos dos papéis de gênero. Uma prática muito comum nas salas de aula, uma transmissão inconsciente de uma realidade social, quando o livro que ela escolhe para a leitura dos meninos retrata a história de um bichinho, que trabalha e

que é representado na história como do sexo masculino, já no livro das meninas elas são representadas pela figura da princesa, doce, que vive em um quarto, com fadas etc. O grande problema aqui não é somente o conteúdo em si dos livros utilizados, mas a forma que a professora adapta para as aulas.

Onde se supõe qual livro é mais adequado para cada sexo?. Essa atitude transmite uma mensagem subliminar que reforça a ideia de que o espaço privado (do lar) está mais sujeito às meninas do que aos meninos e que o ambiente externo (a rua, o trabalho) está naturalmente associado ao masculino. Podemos questionar também por que não deixar o aluno e aluna escolher o livro que gostaria de ler? A menina poderia ter escolhido o livro do bichinho, ou os livros poderiam ter sido sugeridos pela turma, não necessariamente a professora poderia escolher e distribuir. Não precisamos abandonar nossos livros ou outros materiais, apenas podemos tentar novas metodologias, onde o/a aluno/a seja o centro e não o professor. São as posturas que adotamos que alimentam o estereótipo de gênero e que a partir de então, discrimina. As crianças vão construindo a ideia de feminino e de masculino.

Fato 02:

A professora passa uma atividade escrita onde as meninas devem ilustrar a história lida pela colega e os meninos a história lida pelo colega. A atividade foi escrita no quadro e nela os alunos/as também deveriam fazer o nome da escola e seus nomes completos. Na parte onde havia dizendo que fizessem a ilustração do livro, as meninas só copiavam o nome do seu livro e os meninos o mesmo. Algumas crianças ficaram perguntando o que deviam copiar, pois não estavam entendendo. Para ajudar as crianças a responder, ela pegou o segundo livro e mostrou novamente as imagens e falou que aquilo era as ilustrações, que eram os desenhos da história e que o livro era feito por duas pessoas: **o autor que escreve a história e o ilustrador que faz as imagens. Ela fala os nomes da autora e da ilustradora.**

Nesse fato podemos observar um apagamento da identidade feminina através da língua, quando a professora fala os termos “autor” e “ilustrador” ela usa o masculino, mesmo quando o livro foi escrito e ilustrado por mulheres. Na nossa cultura o idioma foi o primeiro definidor para classificar as pessoas pelo sexo, criando palavras específicas para representar o feminino e o masculino, entretanto quando adentramos no ambiente escolar aprendemos que a forma “correta” de se referir ao coletivo de pessoas sempre é a forma masculina, o que além de desconfigurar a representatividade das mulheres no ambiente escolar, as exclui, pois

se um grupo de pessoa é definido no masculino, o que as crianças vão imaginar ou entender? Que homens são superiores a mulheres, essa é a mensagem. Logo a linguagem em si não é imparcial, ela está permeada pelo androcentrismo e pelo machismo e coloca mulheres como um elemento social de segunda classe. Professoras e professores precisam tomar consciência desses mecanismos de transmissão de modelos sexistas, para que então possam modificá-los, por isso a análise desses comportamentos se faz tão importante.

Fato 03

A professora volta a apresentar as ilustrações do livro dos meninos, nesse momento uma das alunas reclama com um tom de voz chateado que “o livro dos meninos é fácil”. Mesmo depois disso a professora dá dicas sobre o que desenhar para os meninos, mas não dá para as meninas, elas perguntam “professora eu desenho fada?” e a professora responde “tem fada na história? Se tiver desenha”.

Por que explicar mais de uma vez para os meninos o que eles devem desenhar e na hora de tirar uma dúvida da aluna, não fazer igual? Com as meninas a professora explica, indaga, mas não dá uma resposta como fez com os meninos, será que em nosso subconsciente já não está incutido a ideia de que precisamos apenas preparar meninas para essa realidade de desigualdade, quando na verdade devemos tentar modificá-la, parando de ser permissivos e permissivas com os meninos e os tratando de uma forma igual? Por que estamos sempre exigindo mais de mulheres? Por que facilitamos tanto para os homens?

Tais questões não serão resolvidas a partir de diretrizes ou leis, precisam partir das nossas práticas enquanto professoras e professores. Não precisa ser necessariamente a introdução aberta desse tema, mas nas nossas práticas cotidianas, reforçando a representatividade, a igualdade, nos policiando para não reproduzir esses comportamentos sexistas.

Esses comportamentos colocam homens e meninos em uma situação muito conveniente de permissividade, onde eles podem errar, mas as mulheres não, ela tem de ser sempre muito boa naquilo que faz. São comportamentos como esses que alimentam falas como “ele é só um garoto” “Ele ainda não sabe o que faz”, quando homens feitos erram. Mas não vemos o mesmo tratamento com mulheres, nem quando elas realmente são só garotas.

Os reflexos de uma sociedade que sempre cobra duas ou até mesmo três vezes mais de mulheres se reproduz no dia-dia da escola, mesmo que de forma inconsciente como já mencionado, são atitudes de esperar de meninas e mulheres que elas sejam sempre mais "avançadas" e "maduras".

Fato 04

Durante o intervalo na sala dos professores: falavam sobre o boato de uma professora está grávida, e todas as mulheres que entravam na sala os professores faziam a "brincadeira" "é tu fulana que está grávida", depois de fazer isso várias vezes uma professora diz "ninguém disse que era uma mulher, falaram que alguém ia ter um filho, pode ser um professor". Uma professora chega com algumas bruacas que ela pediu para outra pessoa fazer e faz o seguinte comentário "mandei a massa pra Letícia fazer estão boas ela já pode casar", Outra professora chega para a que trouxe a bruaca e também fala sobre ela já poder casar.

Esse não foi um fato que aconteceu propriamente na sala de aula, mas é importante para que possamos observar que professoras e professores não estão isentos de pré-conceitos, de crenças, e que não existe neutralidade. Somos atravessadas/os pelas nossas vivências e pela cultura.

Entender como uma parcela desses professores/as têm uma imagem de mulher construída nos ajuda a entender como isso se manifesta durante as aulas. Aqui podemos ver nitidamente que há uma ideia de mulher como a única responsável pela vida, nem sequer há cogitação de um homem como pai, até que externado por uma professora, a ideia de mulher apenas como maternal, dona de casa. Mesmo dentro de um espaço de trabalho, ainda são tratadas com comentários machistas como "já pode casar" podem parecer inofensivos à primeira vista, mas não são, alimentam um conceito e uma ideia patriarcal do casamento como um local de servidão das mulheres.

Fato 05

O professor pergunta quem pode ler, muitos levantam a mão, mas ele escolhe um menino para ler [...]Então o professor passa uma atividade no quadro e pede para que eles escrevam no caderno, enquanto isso os alunos conversam. O professor pede para os alunos pararem, uma aluna chama o professor três vezes mas ele não dá atenção e não responde a pergunta dela. A aluna chama outras vezes até que o professor responde.

Algumas situações como essas se repetem muito durante as aulas do professor, mesmo com uma sala expressivamente feminina, ele quase sempre escolhia os meninos para realizar as atividades, o que é um pouco diferente do que a professora fazia, ela sempre tenta delegar tarefas para os meninos e meninas, o que me faz refletir por que o professor tem esse comportamento, seria uma “identificação” pelo semelhante? Ou uma reprodução de um privilégio masculino, a qual ele sempre gozou? Reprodução de normas de conduta? Ele não escuta as meninas ou ignora? Acredito que um pouco de cada, não afirmo aqui que o professor é um machista, mas é nítido que sua ação masculina é permeada pelo machismo e isso é repassado para outros meninos.

Muitas vezes parece que o professor não tem paciência para lidar com as meninas, elas perguntam mais, se posicionam mais. A atitude de não dar atenção pode contribuir para o silenciamento delas no futuro e ele pode nem sequer ter consciência disso. A escola, como uma instituição normativa, está sempre delimitando os espaços de cada pessoa que a compõem em suas estruturas de poder e é esse tipo de coisa que abala e forma autoestima de grande parte de meninas durante sua trajetória escolar. Não serem ouvidas, não ter espaço para falar, sempre minadas por aqueles que representam uma figura de poder, criando bloqueios e problemas de autoestima, timidez excessiva que podem durar a vida toda.

Fato 06

Uma professora chega e entrega para outras duas professoras um chocolate e uma mensagem sobre o dia da mulher. Uma aluna comenta “eu também sou mulher, tia”. A professora diz que ela é uma menina e que daqui algum tempo também será uma mulher. Depois disso a professora pergunta se eles sabem que dia é domingo, e fala sobre o dia da mulher, que eles devem acordar no domingo e dar bom dia as mulheres da vida deles e devem dizer que as amam que elas são guerreiras, lindas, delicadas, maravilhosas. Uma aluna diz “minha mãe vai perguntar se eu tô é doente” (risos). Depois a professora fala que eles deviam fazer isso sempre para as mães não acharem isso, sempre dizer que elas são meigas, lindas, bondosas, corajosas, amorosas. Depois disso vem na sala novamente a professora, só que agora com um funcionário homem entregando rosas para as professoras, enviadas pela secretaria de educação, novamente as alunas dizem que são mulheres e a professora diz que quando elas crescerem elas vão receber.

Fato 07

Um homem chega na porta juntamente com outra professora para dar uma flor pelo dia da mulher e ela diz: “só o Neto para trazer uma flor” a outra professora fala “foi a pessoa do secretário que mandou”. A professora fica com uma expressão feliz, eles tiram uma foto, ela parece preocupada em sair bonita na foto, fala que está desajeitada.

Os fatos 06 e 07 referem-se a como foi tratado o “Dia internacional da mulher” na escola. Vejo que houve uma preocupação da escola e da secretaria de educação para homenagear as funcionárias e as professoras nesse dia, mesmo que com coisas que podemos considerar clichês e que de certa forma romantizam esse dia de luta. Porém não há uma preocupação para com as alunas, como podemos querer empoderar mulheres se não fazemos isso com as meninas? Por acaso há uma idade que nos define enquanto mulher? As alunas questionam, pois biologicamente falando, elas se reconhecem como mulheres, mas durante cada etapa da vida há uma diferenciação de comportamento e tratamento da categoria mulher que elas ainda não compreendem. Isso é problemático, pois esse dia é para todas as mulheres, sejam adultas ou crianças.

8 de março é uma dia para homenagear mulheres referências na luta contra a opressão e a violência contra a mulher. É preciso parar de romantizar que flores cumprem um papel de parabenização, quando na verdade esse dia devia falar sobre lutas, representatividade, porque ao invés de um poema para as mães, não realizam uma aula, ou um momento sobre as mulheres na sociedade, descobertas, fatos históricos, algo que realmente nos represente enquanto uma categoria diversa que somos.

Flores e bombons são estereótipos de um pedido de desculpa que usualmente os homens usavam/usam quando fazem algo errado, não tem problema querer agradar, o problema é o que isso representa na nossa sociedade, dentre tantas desigualdades, será mesmo que o melhor é repetir a imagem do homem que entrega flores e fica tudo bem? Porque querendo ou não é isso que essa atitude representa quando não vem acompanhada de uma ação crítica. E essa é a mensagem que fica para meninos e meninas. É essa a imagem que abusadores usam em relacionamentos abusivos, esse é o perigo, essa atitude normalizada.

Como criar mulheres críticas, empoderadas, com uma boa autoestima e independentes se não mostramos isso às meninas? Apenas esperamos que elas descubram sozinhas.

Perceber e problematizar esses fatos é admitir que sim, a escola perpassa um caminho sexista e o primeiro passo para mudar isso é a tomada de consciência sobre a nossa realidade para então haver mudança.

Fato 08

Um aluno disse que está com dor de barriga e o professor comenta “Por que a mãe mandou esse menino pra escola doente?” O professor vai com um aluno até a coordenação para ligar para mãe dele.

Dentro das práticas escolares que envolvem a família é comum que a figura da “mulher/mãe” seja a mais pautada, os cuidados, a preocupação com o rendimento escolar, as reuniões quase sempre são direcionadas a uma pessoa específica, a mulher, aqui podemos ver como é clara a mensagem de que essa mulher seja a mãe, a avó, ou uma tia é quem deve se preocupar com a relação escola e família. Quando o professor se questiona porque a mãe mandou a criança para a escola, podemos perceber que há um processo de culpabilizá-la por não ter tido os cuidados necessários com o filho, ao mesmo tempo em que a figura do pai não é mencionada, ele está isento da culpa.

Figuras masculinas raramente são julgadas na escola ou fora dela como os responsáveis pelos filhos. É preciso estarmos atentas e atentos para que possamos ver, ouvir ou mesmo sentir as diversas formas que se configuram as ações e os sujeitos no fazer escolar, certamente se eu não estivesse lá para observar as situações de sexismo, muito facilmente essa poderia ser uma atitude que passaria completamente despercebida, por mim e por outros, pois já está naturalizada na prática escolar e social.

Fato 09

No intervalo, na sala dos professores. Depois eles começam a falar dos alunos da tarde, um professor fala que “as alunas” da tarde mereciam uma ocorrência ou uma suspensão, pois algumas meninas ficaram na sala na hora do intervalo com alguns meninos, eles disseram que estavam fazendo atividade de um professor, uma

professora viu e chamou a diretora. Os alunos não gostaram e reclamaram, uma professora disse que deveria dar suspensão, outro professor diz que elas são meninas muito boas, o outro diz que sim, mas que estão se perdendo. Um professor fala que isso é porque estão sempre em grupo, então que deveria desfazer o grupo e mudar o mapeamento da sala.

Neste fato é curioso observar que a punição está relacionada apenas ao grupo de meninas, mesmo que em sua fala o professor fale que havia meninas e meninos na sala, durante todo o diálogo não foi questionado em nenhum momento a conduta masculina. Aqui não tomo partido sobre o fato das meninas estarem ou não corretas na situação, pois não presenciei a situação mencionada, mas é de conhecimento dos alunos que as salas no período da tarde durante o intervalo não devem ficar ocupadas. Entretanto se o erro era está na sala, não só as meninas como também os meninos deveriam receber a suspensão mencionada pelo professor, mas a verdade o incômodo estava relacionado ao fato das meninas estarem com os meninos na sala.

No caso, as meninas não respeitaram um lugar social, cujo nessa idade de pré-adolescência, meninas devem se manter distantes dos meninos, pois eles são “perigosos”. Socialmente meninas e meninos são distanciados por não pertencerem ao mesmo universo, isso se repete com frequência na escola, nas divisões da sala, nas filas e nas atividades. O que é um problema para ambos, meninos não fazem ideia da realidade das meninas e vice-versa e isso se torna naturalizado.

Quando meninas subvertem esse espaço elas são culpadas, julgadas e punidas, mesmo “meninas boas” podem se “perder” quando começam a ocupar espaços que não são socialmente produzidos para elas. Falas como essas são muito preocupantes, pois geralmente carregam também uma prática sexista e machista de castigar meninas por erros de meninos ou de colocar o homem sempre em um lugar de impunidade, pois é seu direito ocupar qualquer espaço e delas não.

Fato 10

A professora passa uma atividade para que todos coloquem suas qualidades e a de um colega, muitas meninas dizem que não sabem que colocar, ela pergunta se elas se acham bonitas, elas respondem que não, a professora diz que elas têm que se achar sim, outros dizem que não tem qualidades, a professora diz que vai dizer algumas qualidades de todos e ela fala “inteligente, amigo, legal, bonita”. Depois que um dos meninos tem dificuldade de botar as características, ela também diz que eles

podem botar que são bonitos. A maioria dos alunos coloca amigo e inteligente como características, mesmo a professora colocando eles para falar, muitos não querem falar das suas qualidades, ela sempre fala para as meninas colocarem “bonitas”, mas elas não acham. E a professora diz para elas que sim, elas são.

Aqui podemos observar que muitos alunos e alunas têm problemas com relação a sua autoestima e a professora tenta ajudá-los a perceber suas qualidades. No que se refere a as meninas ela foca bastante na questão da beleza, o que até certo ponto é bom, mas se observamos bem ela reforça muito esse ponto e deixa passar outras características que poderiam ser interessantes para as meninas, como: estudiosas, aplicadas, fortes. Outros que também poderiam reforçar a autoestima das meninas, junto com a característica da beleza. Muitas vezes a “beleza” vem quase como uma imposição, isso vem acompanhado de padrões, e talvez seja por isso que as meninas não tem facilidade para reconhecer essa característica.

Depois de analisar os fatos apresentados podemos concluir que de fato o sexismo está sim presente na escola, muitas vezes se evidenciam em situações pequenas, manifestadas através de ações que passam despercebidas e inconsciente entre alunas/os e professoras/es, entretanto o comportamento manifesto traz sempre consigo uma mensagem que evidencia uma realidade e a alimenta. Podemos perceber também que as ações dos professores e professoras não são totalmente de forma intencional, mas sim reflexos estruturais de uma sociedade machista. Afinal a pessoa do professor e da professora não vai para a escola despido de suas crenças e culturas, mas torna-se indispensável que estes, repensem a sua prática, para que possam se libertar de todos os preconceitos que adquiriram ao longo da vida, e só então assim proporcionar aos alunos e alunas uma formação cidadã, autônoma, que compreenda as diferenças e busque a equidade e a recusa do sexismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir essa pesquisa podemos observar que o sexismo está sim presente nas escolas, nem sempre de uma maneira explícita, mas, sim, muitas vezes inconscientemente resultado da estrutura social que alimenta e reforça posturas e comportamentos por parte dos/das professores e professoras, o que infelizmente não é nenhuma surpresa.

O que mais se evidencia nesta pesquisa é que mesmo em um ambiente majoritariamente feminino, seja em número de professoras ou alunas, a escola não existe para que elas se expressem e tenham autonomia, a maioria dos fatos apresentados foram protagonizados pela professora, que é pessoa que passa mais tempo com a turma, do que pelo professor, isso quer dizer que o machismo e o sexismo estão tão enraizado em nossa escola e sociedade que atravessa as práticas das próprias mulheres para com elas mesmas, reproduzindo ações e falas sexistas porque estas são as formas como elas aprenderam e aprendem nesse ambiente, porque mesmo depois de tantos anos, lutas e leis a escola ainda é feita e pensada para homens, como há séculos atrás.

A sociedade mudou, as mulheres adentraram a escola, mas a escola não mudou tanto assim, as bases ainda são as mesmas, mulheres em segundo plano, seja nos livros, na linguagem ou conteúdos de ensino, ainda persiste na escola uma lógica masculina e masculinizadora. Por isso uma reflexão e problematização sobre essas atitudes faz tanto sentido, que há anos e anos elas vêm passando despercebidas, mas que estão sempre refletindo na forma como nos relacionamos entre os gêneros legitimando as desigualdades .

Não podemos cobrar da escola que ela seja responsável por toda a formação do indivíduo, porém não podemos separá-la da realidade social e isentá-la do debate, a escola é uma caricatura da sociedade. Muito deve ser o investimento para formar e ajudar professores e professoras a enfrentar esse desafio, afinal eles e elas também são frutos de uma sociedade sexista.

Precisamos admitir que a escola tem um papel político também, já nos últimos anos percebemos que boa parte da luta de inserir o debate de gênero nas escolas foi de certa forma perdendo força dentro dos documentos basilares da educação, isso é uma postura política, acredito que a retirada desse campo da BNCC acaba sim

reforçando uma ideia de esse debate não é importante, entretanto esse mesmo documento nos dá brechas para trabalhar a temática de forma positiva nas escolas, dependendo também de nossas escolhas enquanto educadores e educadoras

E assim, compreendo que também faz parte do papel da escola criar espaços dinâmicos de debate e reflexão em torno da equidade de gênero que adentram a instituição que escolar ou que são reproduzidas pela mesma, pensando que a maneira como professores/as e gestores/as tratam alunos/as nos diversos espaços e atividades escolares, seja em uma aula de história que inserimos a participação das mulheres que não estão nos livros, seja através de uma linguagem que não apaga a presença feminina ou escutando a voz de as meninas.

Muitas vezes quando falamos de sexismo ou gênero na escola essas palavras assustam, mas quando propomos esse debate estamos falando muito mais de atitudes, sejam as que precisamos abandonar como as expostas nos fatos analisados nessa pesquisa ou mesmo atitudes que precisamos adotar para ter um espaço escolar mais igualitário. Não precisamos necessariamente falar para crianças o que é o sexismo, mas sim criar espaços onde isso não exista.

Essa pesquisa não responde a todas as perguntas e nem tem essa pretensão, ela pode ser o início para compreendermos tantos outros pontos, como mudar essa realidade? Por que ela ainda acontece? Como se dá a formação de professores e professoras sobre gênero? Como implementar de forma efetiva esse debate? Ainda temos um longo caminho a percorrer.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BÍSCARO, Claudia Regina Renda. **A construção das identidades de gênero na educação infantil**. Campo Grande - MS. Universidade Católica Dom Bosco. 2009.
- BRAH, Avtar. **Diferença, diversidade, diferenciação**. Cadernos Pagu (26), janeiro-junho de 2006: pp.329-376.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismos e Subversão da Identidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008
- Costa. Ana Alice Alcantara **O Movimento Feminista No Brasil: Dinâmicas de Uma Intervenção Política**. Niterói, V. 5, N. 2, P. 9-35, 1. Sem. 2005
- MATTOS, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In MATTOS, CLG., and CASTRO, PA., orgs. **Etnografia e educação: conceitos e usos** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-03.pdf>
- FRANCO. Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2ªEd. Brasília. Laber Livro Editora. 2005. 79p.
- FEDERAL, Senado. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. 1998.
- GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo**. Claridade, 2018.
- GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas da Pesquisa Social**. 6ªEd. São Paulo. Editora Atlas. 2008
- LDB – Leis de Diretrizes e Bases. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>, Acesso em março de 2019
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997
- MORENO. Montserrat. **Como Se Ensina a Ser Menina na Escola: Sexismo na Escola**. Ed. Moderna. São Paulo.1999
- MINAYO, M.C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-Qualitativo: Oposição ou Complementaridade?** .Cadernos de Saúde Pública, v. 9, n. 3, 239-262, 1993.
- NACIONAIS. Parâmetros Curriculares. **Temas Transversais. Pluralidade cultural: orientação sexual/Secretaria da Educação**. Ensino Fundamental. 2. Ed. RJ,DP&A: 2000.

NACIONAIS, Parâmetros Curriculares. **apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental**, Brasília: MEC/SEF, 1997.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, n. 36, p. 15-23, 2010.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres Educadas na Colônia. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FILHO, Luciano Mendes de Faria; VEIGA, Cynthia Greive (Orgs.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000, p. 79-94.

SAFFIOTI, H.I.B. **Rearticulando gênero e classe social**. In: COSTA, A.O. ; BRUSCHINI, C. (Orgs.) Uma Questão de gênero. São Paulo ; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & realidade, v. 20, n. 2, 1995.